

# Roberto Campos defende ajuda

**São Paulo** - O deputado Roberto Campos (PFL-RJ) defendeu o acordo com o FMI, dizendo que esta é uma forma de garantir o monitoramento das medidas de controle fiscal que o Governo vem anunciando. Ele comentou que a experiência com o "pacote 51", de outubro de 97, foi de "extrema lassidão e frouxidão fiscal", sendo que o Governo enumerou as medidas mas não deu satisfação à comunidade financeira internacional da sua implementação.

"A fiscalização do FMI é incômoda mas absolutamente necessária", afirmou Campos. Ele comentou que o pacote de ajuda ao Brasil é muito mais amplo do que foi para o México, o que, segundo ele, mostra a importância que o País tem para a estabilidade internacional. "Uma degringolada do Brasil é vista com extraordinário alarme que

agravaria toda a situação do capitalismo ocidental", disse.

Sobre as metas fiscais, o deputado as considerou o "mínimo a ser atingido. Se não formos capazes de cumprir essas metas, a situação fiscal brasileira não se corrigirá e o País estará condenado à estagnação e aos juros altos". Campos admitiu que as metas do FMI, às vezes, são demasiadamente rígidas e que, por isso, às vezes, é necessário renegociá-las, mas defendeu o cumprimento do "memorandum" assinado.

"À medida em que o Governo se restringir, a recessão será menor e mais breve do que parece", avaliou. Para Campos, seria imprudente mudar a política cambial enquanto não houver controle do déficit fiscal. "Gradualmente, o Governo vai flexibilizar o câmbio quando tiver tranquilidade fiscal", defendeu.

Arquivo



**ROBERTO Campos: fiscalização é incômoda, mas necessária**